

Notas de uma interpretação sobre a crise e a acumulação em David Harvey

Luccas Ribeiro do Couto

✉ luccas_usp@yahoo.com.br

Resumo

O que revelariam as crises na modernização hodierna? Um limite intransponível à acumulação do capital? Ou funcionariam racionalizando as irracionalidades desse modo de produzir *ad eternum*? Tais perguntas norteiam a nossa leitura dos livros “Condição Pós-Moderna”, “A Produção Capitalista do Espaço” e do artigo intitulado “A liberdade da cidade”; servem como caminhos para interpretar a concepção de crise em David Harvey. Sem partir de postulados, pretendemos contrapor, em linhas gerais, uma leitura sobre a acumulação e a crise na obra “O Capital” de Karl Marx, baseada na crítica do valor-trabalho de Robert Kurz, àquela empreendida por Harvey dessa mesma obra.

* * *

PALAVRAS-CHAVE: crise do trabalho, David Harvey, produção do espaço, crise, acumulação do capital.

Apresentação

A crítica pretendida conforma uma perspectiva focada no aspecto negativo da relação capital-trabalho, fundante e definidora da sociabilidade capitalista. A constituição do capital enquanto sujeito-automático, ao tornar um momento seu todas as condições de valorização, efetiva, no atual período histórico, o solapamento da sua base, isto é, o trabalho, ao mesmo tempo em que realiza o seu fundamento, ao desenvolver sem limites as forças produtivas e mundializar os seus pressupostos. O capital prescinde, portanto, do trabalho, formador da sua substância, ficcionalizando uma valorização que há tempos deixou de ser a força movente da produção em geral; tal conflito inexorável manifesta-se na forma de crise. Esta leitura de Marx, sob a influência dos escritos de Robert Kurz, se opõe a abordagem de Harvey. Procura-se, então, problematizar a sua interpretação acerca dos constantes “arranjos” superadores das barreiras à valorização, propondo uma leitura que apreenda o movimento negativo subjacente ao que ele chama de acumulação flexível ou à urbanização generalizada, saídas para os capitais ociosos em busca de valorização. A “destruição-criativa” destinada a dar novo fôlego ao capital, na leitura do autor, implica, sob o argumento que se procura construir neste texto, em uma série de transformações que generalizam o predomínio do capital constante sobre o variável e a sobredeterminação dos setores improdutivos na reprodução capitalista. A negatividade do trabalho se revela neste duplo da produção de mercadorias. Acrescenta-se a esta inviabilidade substancial o setor financeiro como força motriz dos processos de valorização, a ficcionalizar a real metamorfose do valor na circulação do capital $D - M - D'$. Embora pretensioso, este artigo traça apenas algumas observações sobre o que se propõe, sem descuidar do método dialético entre essência e aparência e das contradições moventes do capital. Chega-se com isso a novas indagações, a principal entre elas se refere à relação necessária entre a produção do espaço e a reprodução ampliada do capital.

Apresentação 2: Mea-Culpa e/ou Justificativa

Na introdução do livro “Os Limites do Capital”, David Harvey afirma que lançou as estruturas para teorizar a geografia histórica do modo de produção capitalista, o que não significou o fechamento das discussões. O próprio método dialético impediria tal dogma, diz ele, para em seguida, no epílogo, citar também os assuntos inacabados e seu êxito parcial em manter-se atualizado com a literatura marxista. Em entrevista à *New Left Review* sobre o livro (HARVEY, 2005b), o autor fala sobre as dificuldades, os anos de estudos e do seu não entendimento de Marx quando escreveu “A Justiça Social e a Cidade”. Tais declarações servem de alerta e

estímulo para o pesquisador que foge do conforto intelectual pautado por teorias simples e acabadas. Harvey, parafraseando Marx, lembra que não há “estrada real para a ciência” e sim uma “subida fatigante”. E, como seu leitor, o autor do presente artigo reconhece o caráter muitas vezes intrincado da obra de Marx e da literatura respectiva, bem como os perigos de vulgarização, neutralização da capacidade crítica, incoerências das mais diversas e da necessidade de avançar teoricamente para enfrentar o ineditismo dos fenômenos contemporâneos. Todavia, não fez uso das parcas linhas no espaço desse artigo para furtar-se desses riscos e problemas, pelo contrário, procura levantar questionamentos ciente das objeções, das possibilidades de imprecisão e malogro na tentativa. Admite-se que a leitura aqui esboçada tanto de David Harvey quanto de Marx é uma entre outras perspectivas possíveis, pois como aponta Harvey (2013, p. 136), “Marx nos deixou com várias análises parciais, mas sem um quadro da totalidade. Isso explica por que sua obra gerou tão grande variedade de teorias com frequência conflitantes”. Assume-se também a interpretação circunscrita nas/das obras de David Harvey — delimitação, aliás, tida como necessária para melhor apreciá-las —, que, junto da falta de tempo e do espaço exíguo, impediu, por exemplo, de apontar o árduo e extenso trabalho em “Os Limites do Capital”, que revolve as irrupções potenciais e necessárias da reprodução capitalista¹ e resulta nos três recortes da crise (interpretação de Harvey da negatividade do capital nos escritos de Marx), assim como articulá-los com o modo canibalístico do capital conformar a resolução das contradições sob “O Novo Imperialismo”² (forma mais desenvolvida da sua concepção de ajuste espacial) ou, ainda, de apreciar a análise da crise financeira de 2008 como expressão da sobreacumulação, desenvolvida no livro “O enigma do Capital”³.

Antes de tocar mais nessa última questão — a da delimitação das obras —, cabe ressaltar o reconhecimento de que o próprio assunto — a crise do capital — não é novo, senão objeto de celeuma secular e que adentra o século XXI rejuvenescida. Se só forem considerados aqueles que se atribuem marxistas e perseveraram na discussão sobre a lei da queda tendencial da taxa de lucro (para alguns apenas uma das faces da contradição e, para outros, expressão

1 Sobre as possibilidades de crise ou da passagem destas de potência a efetividade ou da necessidade (relativa e absoluta) da crise na obra de Marx a partir de determinado fundamento, ver Grespan (1999).

2 Para uma interessante discussão sobre a acumulação por espoliação e das teses da regulação social, ver Filho e Paulani (2011).

3 Prado (2012) afirma que Harvey, ao buscar popularizar a teoria de Marx, acabou por vulgarizá-la. Ao ater-se no capital como dinheiro ou nos seus substratos materiais, não apresentou o capital como uma substância social, um objeto metafísico.

fundamental), o número de autores, de obras e perspectivas são inúmeras, sem mencionar os comentadores e críticos que revisitam o debate (PRADO, 2014; MANTEGA, 1976; COGOY, SWEEZY, 1977). Consciente da envergadura do objeto e dos autores, entre os quais se insere David Harvey, sabe-se também da espessura da trama do conhecimento por ele pressuposta e a influenciá-lo. Quando não é a menção direta dos autores, como por exemplo a Marx, Lênin, Rosa Luxemburgo, Hilferding, Hegel, Baran, Rosdolsky, Mandel, Castells, Sweezy... verifica-se por toda a sua obra o resultado da apropriação teórica de longo percurso, como no desenvolvimento de uma teoria do espaço posta na relação com a acumulação do capital; na proposta de desvalorização dos capitais, destruição criativa e ajustes espaço-temporais, que constituem resoluções irracionais resultantes da dialética entre crise e acumulação que Marx desvelou, talvez sob a influência também de Schumpeter e sua teoria do ator-empresário inovador ou, ainda, da leitura de Hegel e sua metáfora da Fênix, que renasce das cinzas tal como o espírito de um povo após realizar sua essência; nos regimes de acumulação que demandam as funções de controle, regulação e equilíbrio mediante instituições sociais, em particular do Estado, visão esta tributária da Escola da Regulação. Sobre esta, Boyer (2009, p. 24) afirma que “(...) a particularidade da teoria da regulação é examinar simultaneamente as propriedades de um modo de regulação e os fatores endógenos de sua desestabilização”, preocupação observável no decorrer da obra de Harvey que, sem fazer concessão aos críticos da dialética do capital, recupera a complexidade dos arranjos e das relações que permitem estabilizar, harmonizar e dar coerência, ainda que temporária, à forma disruptiva da reprodução capitalista.

Voltando à questão mais acima mencionada, a opção pela tentativa de interpretar alguns aspectos dos dois livros e do artigo já citados no resumo deste texto não significou a ignorância com relação a serem partes no todo do projeto de Harvey, ou mesmo de serem desdobramentos do livro que fundamentou tudo: “Escrever *The limits to Capital* quase me deixou louco (...) Tomou-me boa parte de uma década (...) é, provavelmente, um dos menos lidos” (HARVEY, 2005b, p. 25). Mas este “tratado sobre a teoria marxiana em geral”, escrito “em uma tentativa de tornar o pensamento político-econômico de Marx mais acessível e mais relevante para os problemas específicos da época” (HARVEY, 2013, p. 11), seria um livro incompleto⁴. O pesado projeto culminou em uma base teórica robusta para enfrentar as transformações do capitalismo contemporâneo, diz Harvey (2005b; 2013), não obstante, o logro apenas parcial se dá porque muito ainda

(...) precisa ser feito para articular com o desenvolvimento

4 A teoria geral apresentada no livro foi antes resultado de um projeto que visava compreender a urbanização no capitalismo.

geográfico desigual, os sistemas financeiros, o comportamento do rentista, os diferentes modos de apropriação e exploração, assim como os diferentes modos de formação e dissolução de classe estão realmente funcionando (HARVEY, 2013, p. 18).

Na busca por desenvolver a teoria de Marx para entender o fenômeno urbano, Harvey precisou despir a teoria de qualquer conteúdo histórico, embora admita, em sua autodefesa, que “(...) ninguém mais parece ter encontrado uma maneira de integrar teoria e história, de preservar a integridade de ambas, mesmo que transcendendo sua separação” (ibid., p. 36); no próprio Marx isso teria sido um problema, segundo Harvey. Esse esforço teórico no livro “Os Limites do Capital”, contudo, teria sido útil para compreender o *modus operandi* do capital com relação ao espaço, assim, acredita o autor,

Só posso esperar que outros considerem a teoria tão útil. E, caso não considerem, então suponho que cabe a mim demonstrar a utilidade da teoria nas obras futuras que tenham um conteúdo histórico, geográfico e político mais explícito (op. cit.).

Entende-se, com isso, que os escritos mais analíticos tratados nesse texto — os dois livros e o artigo — ecoam a sua obra seminal ou são concomitantes à preparação desta publicação, portanto, demonstram a utilidade dos estudos sobre a teoria marxiana, tanto esperada por Harvey, e a complementam, ao mesmo tempo em que a própria relação entre teoria e história é posta em evidencia.

O autor, profundo conhecedor do método pelo qual Marx tece sua crítica à economia política e, por conseguinte, preocupado com o método de apresentação que não contrariasse o conteúdo a ser exposto em “Os Limites do Capital” (HARVEY, 2013, p. 37-8), passa ao largo do que Müller (1982) chamou de dissolução teórica do método dialético ou do seu soterramento pelo esquecimento. Nos comentários inseridos no epílogo da sua obra magna, fica explícito a apropriação de Harvey da oposição que Marx elabora entre o método cientificamente correto e o método da economia política. Na famigerada introdução não publicada de “Para a Crítica da Economia Política”, escreve Marx: (1982, p. 14) o primeiro — o método correto —

(...) que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto *não é senão a maneira de proceder do pensamento* para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. Mas este não é de *modo nenhum* o processo da gênese do próprio concreto.

Nessa direção, o método de pesquisa é distinto do método de exposição formal, “A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX,

1988, p. 26, Livro I). Logo, a relação entre teoria e história, mencionada por Harvey, é dialética, isso porque, “As próprias categorias nascem de uma experiência histórica real”, daí, diz ele parafraseando Marx, “a vida da matéria’ pode ser ‘refletida idealmente’ (HARVEY, 2013, p. 566)”. O método (teoria) não é indiferente ao objeto (história)⁵, a dialética é retomada por Marx porque a sociedade capitalista se constitui de modo contraditório e se apresenta contraditoriamente, daí a inversão entre essência e aparência.

Este artigo, então, “violaria os ideais do materialismo histórico”, como preocupa-se Harvey, ao romper a unidade contraditória entre teoria e história? Trocando em miúdos, onde está a prova empírica do argumento? A contraposição pretendida no presente texto, entre uma leitura de Marx pelo crivo da crise do trabalho e o estudo de Harvey do mesmo autor, sobre o evoluir do capital, tem como foco os motivos da crise e as configurações a elas correspondentes, na forma de resolução das contradições. Portanto, ao centrar nestes aspectos, não se desconhece o que poderiam ser os fatos empíricos (eles mesmos no interior da própria teoria, como quer a unidade contraditória dialética), mas sim é apontada a estrutura teórica, segundo uma expressão de Harvey, para perscrutar a realidade. No que concerne à realidade imediata, faltaria, de fato, um confronto sistemático com ela neste artigo, por isso a sua incompletude neste aspecto⁶. A problematização está em torno do que Harvey chamou em “Os Limites do Capital”, de modelos que captam as leis de movimento interno do capital, nomeadamente o terceiro modelo. Contabilizando 3 modelos — que abarcam cada um dos livros de “O Capital”, assegura Harvey, em seus distintos momentos e abrem uma janela para ver os processos complexos da realidade —, o seu terceiro seria construído em torno da lei da queda tendencial da taxa de lucro e suas tendências contrárias (HARVEY, 2013, p. 225-6). Daí o autor ver neste modelo um primeiro recorte da crise, que retrata o fracasso de Marx em integrar os *insights* dos dois primeiros livros e os aspectos ainda incipientes da teoria.

Entre as obras consultadas⁷, com exceção da breve menção à lei da queda nos

5 Há uma vasta literatura que discute a relação entre lógica e história, porém, recorreu-se neste texto à Müller (1982) e Grespan (2002).

6 Harvey declara, em entrevista já citada, que se tivesse parado na primeira parte do livro “Os Limites do Capital”, a sua obra pareceria com tantas outras descrições da teoria de Marx da mesma época. Foi na segunda parte que ele considerou de modo inédito a relação espaço-tempo na reprodução capitalista, demonstrando a imanência, por exemplo, da relação do espaço com a acumulação, elaboração que resultou no seu terceiro recorte da crise do capital. A partir desse movimento do conhecimento que contempla o método de apresentação e pesquisa, nota-se que falta parte do caminho neste singelo artigo, o que, acredita-se, não o desqualifica em absoluto.

7 “Os Limites do Capital”, “A Produção Capitalista do Espaço”, “A Liberdade da Cidade”, “O Enigma do Capital”, “O Novo Imperialismo”.

lucros, no livro “O Enigma do Capital”, como uma proposta insuficiente (HARVEY, 2011, p. 82), foi em “Os Limites do Capital” que Harvey debruçou-se mais profundamente sobre a tal lei. Após uma série de qualificações sobre a elaboração de Marx da lei tendencial, tais como indistinta, confusa, carente de maior escrutínio nas suas forças contrariantes, etc., Harvey (2013, p. 263) propõe tirar do modelo o que seria o princípio fundamental: a contradição entre as forças produtivas e as relações sociais sob o capitalismo,

Embora Marx não prove seu argumento além de qualquer possível sombra de dúvida, ele apresenta um excelente exemplo de que a mistura tecnológica e organizacional necessária só poderia ser conseguida temporariamente por acaso, e que o comportamento dos capitalistas individuais tende eternamente a desestabilizar o sistema econômico. Acredito que esta seja a interpretação correta a ser dada ao que Marx descreve como a contradição fundamental entre as forças produtivas e as relações sociais no capitalismo. E eu também sugeriria que esta é a proposição fundamental que está enterrada no interior do argumento da taxa decrescente de lucro.

Harvey assume que essa contradição fundamental implicaria em uma série de inconsistências — superprodução de mercadorias, capital fixo ocioso, excedente de trabalho, etc. —, entre elas a queda nas taxas de lucro, mas a expressão máxima do problema basilar seria a sua redundância na superacumulação de capitais. Posto esse limite pela própria “(...) lógica interna (...) fria, implacável e inexorável (...)”, dominadora dos seus próprios criadores, os seres humanos (ibid., p. 280)”, a transposição dessa barreira — a superacumulação — se daria pelo único meio efetivo de opor-se ao desequilíbrio, a saber, as crises, através da depreciação, desvalorização e destruição de capitais, que conformariam a racionalização irracional capaz de restaurar a sanidade do capital, “E assim o ciclo vai percorrer mais uma vez o seu destino. Mas permanece o paradoxo fundamental (...)” (ibid., p. 279).

Apresentar todos os momentos da robusta teoria desenvolvida por Harvey, na sua obra de maior peso teórico, demandaria outros artigos, contudo, buscamos precisar aqui a direção da crítica. O princípio fundamental das crises e suas expressões, embora não desenvolvido exaustivamente nos dois livros e no artigo aqui analisados, é o mesmo presente em “Os Limites do Capital”. Cotejando com a concepção de um capitalismo de catástrofes no olhar de Harvey, está a ideia do colapso da relação fundamental do capital, desenvolvida por Robert Kurz a partir da contradição principal comum aos dois autores. Para Kurz (2004), o movimento tautológico do capital, no qual o começo e o fim do ciclo $D - M - D'$ são os mesmos, impele os capitalistas como suas personificações a concorrerem uns contra

os outros. O sentido da luta é transformar o D inicial em quantidades sempre superiores, portanto, coagem uns aos outros a formas mais lucrativas de investirem seu capital. A concorrência, reconhecida no mesmo sentido também por Harvey — de desequilibrar a medida necessária entre forças produtivas e relações sociais para a acumulação —, intensificou de tal modo o desenvolvimento das forças produtivas que tornou o capital progressivamente incapaz de explorar rentavelmente o trabalho, daí a crise do trabalho abstrato.

A ‘força produtiva ciência’ gerada cegamente pelo próprio capitalismo criou assim no nível substancial-material potências que já não são compatíveis com as formas básicas da reprodução capitalista, continuando-se não obstante a encaixá-las forçosamente nessas formas. A consequência é a transformação das forças produtivas em potenciais destrutivos, que provocam catástrofes ecológicas e sócio-econômicas (KURZ, 2004, p. 226-7).

Antes de encerrar esta segunda apresentação, devo enfatizar o alento à prática teórica vindo de Harvey. Em que pese a redundância de uma teoria que não lança luz sobre a história e a prática política, a separação dentro dessa unidade tem o seu lugar, diz ele.

Ela pode ser o local de uma tensão criativa, um ponto de alavancagem para a construção de novas ideias e entendimentos. A insistência prematura na unidade da teoria e da prática histórica pode conduzir à paralisia, à estase, e às vezes a formulações totalmente equivocadas (HARVEY, 2013, p. 567).

Com isso em mente, trata-se, neste artigo, de compartilhar uma reflexão datada — resultado de uma dissertação de mestrado — e que reverberou posteriormente para as minhas leituras de outras obras do autor, embora estas já não coincidam exatamente com aquela. Ora, nada mais normal, pois como assegura Harvey, “(...) *cada fim deve ser encarado como um novo início*” (grifo meu, *ibid.*, p. 561). Assim, a partir do conhecimento já consolidado, é preciso avançar para desmistificar as formas enevoadas; os pressupostos “(...) devem nos conduzir a considerar novos caminhos, construir novos conceitos e explorar novos relacionamentos” (*ibid.*, p. 562). Logo,

O modo de pensar dialético (...) exclui o fechamento do argumento em qualquer ponto particular. (...) O aparecimento de novas questões a serem respondidas, novos caminhos a serem seguidos pela investigação, provoca simultaneamente a reavaliação de conceitos básicos (...) a eterna reformulação do aparato conceitual usado para descrever o mundo (*ibid.*, p. 561).

Crise do trabalho como barreira à acumulação capitalista

É reconhecida a crítica de Marx ao conhecimento que começa *post festum*, com os resultados da reprodução social tornada absoluta. Rosdolsky (2001, p. 39-41) chama a atenção para o método já presente no plano inicial de Marx — rascunhos prévios da obra posterior *O Capital* —, que se opõe à economia política vulgar, na busca de chegar à essência da produção capitalista. O método cientificamente correto não pode examinar a reprodução capitalista pela forma mais acabada e relações exteriores entre os fenômenos deste modo de produção, ao contrário, deve-se reconhecer as categorias mais gerais e partir daí para o real e concreto. “Marx demonstra (...), antes de tudo, que ‘ir do abstrato ao concreto’ é o único método científico adequado para ‘apropriar-se do concreto, reproduzindo-o como um concreto pensado’” (HARVEY, 2001, p. 39). Portanto, elevar-se do abstrato para o concreto significa reconstruir uma totalidade orgânica na qual as múltiplas determinações se tornam visíveis; estas aparecem de forma invertida na superfície das relações sociais — com isso, capital, renda e trabalho parecem receber o fruto que lhes cabem de sua produção, diz Marx (1988, p. 251-262, Livro III) em sua Fórmula Trinitária.

Para romper as peias do mundo da aparência e recuperar o “fio da conexão interna” de formas que se autonomizam, nos dizeres de Marx (*ibid.*), o seu método de trabalho consistiu em apresentar, primeiramente, o conceito de capital em geral, que consiste naquilo que é comum a todos os capitais — produção e apropriação da mais-valia, metamorfoses do processo de circulação, etc. Na abstração do “capital em geral”, diz Rosdolsky (2001), tal abstração não é arbitrária, senão que desdobra as diferenças específicas do capital em comparação com modos pretéritos de produção, capta as determinações que fazem de cada capital um valor que se valoriza.

(...) aos olhos de Marx esse conceito é só uma imagem abstrata e dialética ‘do movimento real, do devir do capital’. Daí se conclui que, no conceito geral de capital, ‘está contido’, em embrião, ‘o desenvolvimento posterior’, ou seja, não só as tendências ‘civilizatórias’, que impulsionam o capital adiante, mas também as contradições que o conduzem além de seus próprios limites (*ibid.* 55).

Essa interioridade executa-se e desenvolve-se mais plenamente com a ação recíproca dos capitais individuais que realizam a tendência interna à produção de mercadorias. A finalidade do valor consubstancia-se na concorrência e, no decorrer do processo de acumulação, a coação impele ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas. O grau de produtividade do trabalho social apresenta-se por meio do decréscimo da massa de trabalho em relação à massa dos meios de

produção, transformada em produto por essa força de trabalho. A lei geral da acumulação apresentada por Marx trata desta tendência presente sob o capitalismo, que impele à economia do trabalho vivo o capital investido na produção de mercadorias. Assim, a riqueza material tende a crescer com a força produtiva⁸, não obstante carregue consigo uma quantidade de valor proporcionalmente cada vez menor.

Já no livro 1 de O Capital, a partir dessa formulação sobre o desenvolvimento das forças produtivas, é possível antever os pressupostos da contradição que é desdobrada no Livro III, com a “Lei da queda tendencial da taxa de lucro”. A possibilidade de redução a um mínimo do trabalho abstrato, pelo progresso dos métodos e das técnicas de produção, aponta para a possibilidade de crise, ou seja, põe-se um limite para a produção de mercadorias e a sociabilidade burguesa.

A lei da taxa decrescente de lucro, expressão da produtividade aumentada do trabalho, significa que uma parte alíquota cada vez menor do capital global seja despendida em trabalho vivo, o que leva esse capital a absorver cada vez menos mais-valia proporcionalmente ao seu volume, ainda que a parte não paga do trabalho possa crescer em relação à parte paga (taxa de mais-valia). Ou melhor, a elevação desta taxa de exploração do trabalho representa simultaneamente ao decréscimo da taxa de lucro o fenômeno da produtividade crescente.

Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitoriamente por outras razões, mas está provado, a partir da essência do modo de produção capitalista, como uma necessidade óbvia, que em seu progresso (da força produtiva social do trabalho) a taxa média geral de mais-valia tem de expressar-se numa taxa geral de lucro em queda. (MARX, 1988, p. 155)

O capital não consegue estabelecer para si uma medida coerente com referência à sua finalidade de produzir valor. Por isso a sua expansão coincide com a constituição de limites ao seu desenvolvimento.

Queda da taxa de lucro e acumulação acelerada são, nessa medida, apenas expressões diferentes do mesmo processo, já que ambas expressam o desenvolvimento da força produtiva. A acumulação, por sua vez, acelera a queda da taxa de lucro, à medida que com ela está dada a concentração dos trabalhos em larga escala e, com isso, uma composição mais elevada do capital. Por outro lado, a queda da taxa de lucro acelera novamente a concentração do capital e sua centralização mediante a desapropriação dos pequenos capitalistas,

8 A força produtiva, assevera Marx, é sempre, naturalmente, força produtiva do trabalho útil concreto e determina o grau de eficácia de uma atividade adequada a um fim e num espaço de tempo dado. Com isso, o trabalho útil torna-se uma fonte maior ou menor de produtos na proporção direta às mudanças na força produtiva.

mediante a expropriação do resto dos produtores diretos, entre os quais ainda haja algo a expropriar. Por meio disso, por outro lado, a acumulação é acelerada em sua massa, embora caia, com a taxa de lucro, a taxa de acumulação.

Por outro lado, à medida que a taxa de valorização do capital global, a taxa de lucro, é o agulhão da produção capitalista (assim como a valorização do capital é sua única finalidade), sua queda retarda a formação de novos capitais autônomos, e assim aparece como ameaça para o desenvolvimento do processo de produção capitalista; ela promove superprodução, especulação, crises, capital supérfluo, ao lado de população supérflua. Portanto, os economistas que, como Ricardo, consideram o modo de produção capitalista como absoluto, sentem aqui que esse modo de produção cria uma barreira para si mesmo (...). (ibid., p. 174)

Destarte, como uma “necessidade óbvia”, a queda nos lucros tem o seu germe na “essência” do modo de produção capitalista; a lei “está inscrita no próprio conceito de capital e pode ser apreendida a partir dele” (MANTEGA, 1976, p. 41). O declínio nos lucros é o reflexo real da relação fundamental e negativa do capital com o trabalho, “por isso, ‘vampirescamente’, o capital vive por roubar a vida do trabalho, precisa desta para reviver e, no entanto, a suprime: o morto só volta à vida ao matar o vivo”, e o mata realmente, ao substituir paulatina e progressivamente a base que constitui a substância social do valor (GRESPLAN, 1999, p. 141). Logo, crise e acumulação são pares indissociáveis que constituem a identidade do capital. A crítica ao moderno coincide com o desvelar das contradições do capital para com ele mesmo; a crise imanente destitui o seu fundamento “(...) como forma lógica e operacional de o capital (...)” (ALFREDO, 2010, p. 9).

As configurações da crise em David Harvey e a crítica a partir da contradição fundamental capital – trabalho

Em unísono, David Harvey desdobra em reconhecidas obras a natureza contraditória do capital, que se efetiva em crises. No seu livro “A Produção Capitalista do Espaço”, ele procura demonstrar, ao longo dos vários textos que o compõem, a relação entre a teoria da acumulação de Marx e a estrutura espacial, assim como as possibilidades, ainda que temporárias, dessa relação necessária conduzir a superações das contradições imanentes ao modo de produção capitalista.

O capitalismo, ao reproduzir-se ampliamente, ou seja, levar a cabo o processo de acumulação, imporia barreiras a seu próprio crescimento. Para Harvey (2005b, p. 44-45), as barreiras poderiam se formar a partir das próprias condições ao seu processo de acumulação, que envolve: “a existência de um excedente de mão

de obra”, “a existência no mercado de quantidades necessárias (ou oportunidades para obtenção) de meios de produção” e “a existência de mercado para absorver as quantidades crescentes de mercadorias produzidas”, já que o capitalismo produziria esses elementos cruciais com certa autonomia das suas combinações *a posteriori*.

A contradição entre a produção capitalista destes fatores e o seu consumo necessário posterior não pode ser eliminada, pois a primeira esfera é guiada pelo impulso individual dos capitalistas a maximizar os seus lucros, cuja subjetividade é condicionada pela forma geral da valorização do valor, e só depois de adentrar na circulação geral define-se quais capitais são capazes de manter-se produtivos ou a correta proporção da sua produção com relação à circulação geral. O que pode levar a diversas formas de crise, tanto na esfera da produção quanto na da circulação — superprodução, superpopulação, subconsumo. A razão para as barreiras à acumulação e as suas formas posteriores de crise residiriam na tendência a superacumulação do capital, produto direto da sua necessidade de expandir e acumular (HARVEY, 2005b, 45-46).

Sem forças controladoras em meio a anarquia competitiva do sistema econômico capitalista, as crises, para David Harvey (ibid., p. 47), teriam uma função compensatória importante, pois, apesar de não serem lógicas ou ordenadas, criariam arbitrariamente algum tipo de ordem e racionalidade. As consequências podem ter um alto custo social e provocar graves tragédias, inclusive não apresentando um único e esperado resultado, embora geralmente as crises se prestem para estabelecer a expansão da capacidade produtiva e renovar as condições de acumulação “(...) para um nível novo e superior.”

Esse novo momento seria caracterizado por uma nova configuração do capital que permitisse a continuidade do processo de produção e a sua correspondência na esfera da realização, pelo consumo. Assim, a intensificação do modo de produção capitalista nos diversos ramos, aliada à criação de novas necessidades, seria uma das soluções. A outra está associada à expansão geográfica através de uma complexa estruturação do espaço, com investimentos na forma de capital fixo que permitam “anular o espaço pelo tempo”, reduzindo o tempo de circulação e giro do capital, além de aumentar o raio de sua ação. Ambas as soluções — intensificação do capitalismo e expansão geográfica (“ajuste espacial”) — poderiam combinar-se de diversas maneiras (ibid., p. 47-48).

Desse modo, as determinações da acumulação implicam na superação das barreiras espaciais. O desenvolvimento de formas mais eficientes e baratas de transporte e comunicação (desenvolvimento das forças produtivas), atreladas à estruturação do espaço (criação de capital fixo, infraestrutura), permitem que as

mercadorias possam ser realizadas em distâncias, velocidades e quantidades maiores, junto a novas esferas para a realização do trabalho, de onde é possível derivar a expansão necessária do comércio exterior, inclusive como contraposição à queda tendencial da taxa de lucro (ibid., p. 49-55, 71-73, 117).

O autor afirma que a crise está posta no capitalismo por uma negatividade inerente, como semente que ao crescer destrói a própria base na qual está enraizada. A explicitação dessa contradição com as crises revelaria a irracionalidade e o poder destrutivo desse modo de produção. Nota-se, porém, que o argumento de Harvey apresenta a negatividade inerente e o *modus operandi* como um movimento constante em que as contradições vão se exasperando e, por conseguinte, generalizando-se em nível mundial, sem deixar entrever nenhum limite lógico à acumulação. Isso porque às cisões e fragmentações da coerência estruturada e do pacto de classe sucede o “ajuste espacial” que, por fim, admite o autor, não pode manter o equilíbrio a longo prazo, mesmo que esse tempo ele não deixe claro o quão curto será. Dito por outras palavras, compreende-se que a concepção de crise nessa obra carece das leis internas que fundamentariam o limite à acumulação do capital, pois ainda que a impossibilidade de reprodução eterna seja enfatizada ao longo do livro, há sempre uma acomodação daquelas contradições inerentes; elas criam novas formas pelas quais se resolvem.

Em que pese a concepção de crise imanente e a impossibilidade de medidas perenes à reprodução capitalista, o impulso à acumulação, nesta obra, tende a superar as suas próprias barreiras. A irracionalidade expressa nas crises enquanto barreira para a acumulação se resolve, no limite, com a destruição física e a desvalorização do capital (nas diversas formas da sua existência), seja pela guerra ou “mediante a formação e reformação incessantes das paisagens geográficas”. Essa “destruição criativa” (HARVEY, 2005a, p. 26, 210) “é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar”, e figura como um rodeio que não permite entrever um limite necessário absoluto para a acumulação.

Essa indeterminação parece resolver-se, positivamente, em outra obra do mesmo autor, “A condição pós-moderna” (HARVEY, 2005a), que apresenta o desenvolvimento do modo de produção capitalista como uma sucessão de ondas de compressão tempo-espaço, determinadas pela acumulação do capital “com seus perpétuos esforços de aniquilação do espaço por meio do tempo e de redução do tempo de giro” (ibid., p. 276). Nessa direção, à crise que inviabilizou a reprodução capitalista de outrora segue uma acumulação de outro tipo, possível a partir de rearranjos no tempo-espaço do modo de produção capitalista.

Uma nova fase de compressão tempo-espaço é a resposta à crise que, por

exemplo, a partir dos anos 1960, marcou a passagem do fordismo para uma acumulação de tipo flexível, com grande impacto sobre as práticas político-econômicas, o equilíbrio do poder de classe e a vida social e cultural, conformando, nesse novo contexto experiencial de efemeridade e fragmentação, a condição pós-moderna à acumulação. Nessa altura, o espaço aparentemente eliminado pelo desenvolvimento das forças produtivas com as redes instantâneas de comunicação, tem a sua relevância potencializada. A produção de lugares diferenciais, dotados de qualidades singulares, pode capacitar e impulsionar a nova forma de acumulação por meio das qualidades distintas do espaço. As cidades, em sua capacidade mais imediata de corresponder as novas necessidades, vêm à tona na análise da reprodução capitalista (ibid.).

A diminuição das barreiras espaciais pelo desenvolvimento das forças produtivas e o acirramento da competição nas condições de crise potencializaram as vantagens locais relativas. Os diversos capitais têm a possibilidade de explorar as mínimas diferenciações espaciais, no que concerne a recursos, infraestrutura, oferta de trabalho, etc. A mobilidade geográfica permite, por exemplo, a fuga de capitais ou a desindustrialização de algumas regiões em busca de novas vantagens comparativas, inclusive como meio de desmobilizar o poder sindical em grandes fábricas. O aparente paradoxo entre a queda das barreiras espaciais e a crescente sensibilidade do capital em relação às variações locais demonstra a importância da produção de lugares diferenciais na acumulação flexível. As possíveis associações entre Estado e capitais privados locais tendem a produzir nas cidades espaços atrativos aos capitais “altamente móveis” e ao consumo. As novas configurações dos espaços que daí surgem dotam as cidades dos elementos cruciais a serem negociados na competição espacial entre as localidades, abrindo as cidades a novos sistemas de acumulação. Nesse contexto pode-se compreender o esforço das cidades em produzir um ambiente diferenciado para atrair os investimentos (HARVEY, 2005a, p. 265-267).

A relação necessária entre teoria da acumulação e produção do espaço é evidente na própria geografia histórica do capitalismo. Desde o século XIX a urbanização funciona como meio para resolver a desmedida própria ao automovimento de acumulação, como é o caso da França no período de Haussmann, citado por Harvey (2009), que teria absorvido os capitais excedentes através de uma enorme quantidade de investimentos e exploração do trabalho com as obras de infraestrutura no exterior e internamente reconstruindo Paris. Os exemplos seguem até o final do século XX e têm na China o êxito emblemático. O país no período posterior ao ano 2000 teria não somente consumido aproximadamente metade do suprimento de cimento do mundo, mas propiciado o

crescimento e o fim da recessão de muitos países exportadores de matérias-primas. Esse seria apenas um caso particular diante da urbanização global, que detém novas possibilidades de expansão diante da integração dos mercados financeiros e a disponibilidade de crédito a muitas cidades ao redor do mundo.

A despeito de tal fenômeno, é necessário pensar a urbanização generalizada e a expansão dos investimentos a ela concernentes, vigentes inclusive a nível mundial, como uma tentativa de fazer coincidir essas inversões de capitais com a massa de capitais disponíveis a procura de valorização. Entretanto, as tentativas de estabelecer uma relação proporcional entre capitais ociosos e investimentos imobiliários — que parecem formar uma grande fronteira de crescimento —, por exemplo, tendem a coincidir com a própria expansão da crise — dinheiro que continua ocioso do ponto de vista substancial —, pela impossibilidade de ampliar a massa de valor na medida equivalente à forma-monetária circulante.

Harvey não prescinde do recurso à imanência crítica do capital, como já mencionado na outra obra, porém a reconhece como simples impossibilidade de combinar as necessidades “inconsistentes e contraditórias” do modo de produção capitalista de forma estável e capaz de engendrar um crescimento equilibrado e permanente. O problema da medida correta surge, no livro “Condição Pós-Moderna”, da correspondência incerta de alguns elementos cruciais impostos e requeridos para a reprodução capitalista, tais como: o crescimento sustentável real — exploração do trabalho vivo — suficiente para manter as taxas de lucro e a acumulação; o controle do trabalho vivo produtor de valor; o dinamismo organizacional e tecnológico (desenvolvimento das forças produtivas) revolucionados constantemente e que demandam um sistema regulatório adequado para o controle do trabalho (HARVEY, 2005a, p. 164-170).

Essas condições contraditórias, que tendem à superacumulação, em que simultaneamente trabalho e capital ficam ociosos, definem, para o autor, o motivo da crise, então necessária e por isso nunca eliminada, sendo “(...) um interminável e eterno problema (...)” sob os auspícios da produção capitalista (ibid., p. 170). Todavia, também não é evidente na concepção de crise dessa obra o caráter crítico do modo de produção capitalista tendo como referência a questão fundamental do trabalho produtor de valor, em que o trabalho vivo abstrato, sem o qual não há movimento de autovalorização, é simultaneamente afirmado e negado na sua positividade criativa. Não fica claro a condição da crise como conteúdo da “subjetividade” do capital, ou seja, não se define a causa da crise como conteúdo fundado e fundante da sua desmedida. Com isso a crise categorial não pode ser observada e, por conseguinte, a valorização do valor determinada por essa crise também é ocultada pela constante reposição dessas categorias.

Portanto, a crise seria, para Harvey (ibid., p. 170), o produto lógico de uma combinação que não pode “(...) produzir um crescimento equilibrado e sem problemas (...)”, tendência esta que implica na produção permanente de uma superacumulação, ora produzida em fases periódicas, ora se generalizando. Ambas as tendências — à superacumulação e à desproporção das condições de reprodução —, quando sem referência ao fundamento da valorização, parecem constantemente superáveis por renovadas formas de regulação e ajustes. Desconsidera-se que a superacumulação, na modernização hodierna, é o resultado do aumento sem precedentes na composição orgânica e nos custos dos capitais e, conseqüentemente, da impossibilidade de investir o dinheiro disponível de forma a valorizá-lo a taxas suficientes de lucro para repor as suas próprias condições e permitir a acumulação. O que leva a indagar sobre a permanência do capital diante do seu fundamento cada vez mais fugidio.

Assim, a oposição — capital/trabalho — que rompe as próprias bases da acumulação, apresenta-se para ele como um problema de

(...) como exprimir, conter, absorver ou administrar essa tendência (de superacumulação) de maneiras que não ameacem a ordem social capitalista. Deparamos aqui com o lado heroico da vida e da política burguesa, em que devem ser feitas escolhas reais para que a ordem social não se transforme em caos (HARVEY, 2005a, p. 170).

Segundo essa concepção, o modo de produção capitalista é passível de constantes reparos, como assinala a última compressão tempo-espaço, a qual Harvey caracterizou como parte de um modo de acumulação mais flexível, capaz de dar respostas à crise da acumulação fordista-keynesiana mais rígida. Sobre os mecanismos de controle das crises, ou, ainda nas palavras de Harvey, as possibilidades de “escolhas reais” da vida e da política burguesa para evitar o caos, o autor elenca algumas: “Desvalorização de mercadorias, de capacidade produtiva, do valor do dinheiro, talvez associada à destruição direta (...)”; “O controle macroeconômico, por meio da institucionalização de algum sistema de regulação (...)”; “A absorção da superacumulação por intermédio do deslocamento temporal e espacial (...)” (ibid., p. 170-171). Dentre essas tentativas de controle, o deslocamento temporal e espacial, ou, ainda, os deslocamentos tempo-espaciais, seriam os meios que oferecem “(...) um terreno muito mais rico e duradouro, mas também muito mais problemático, no qual tentar controlar o problema da superacumulação.” (ibid., p. 171). Logo, se as tendências de superacumulação sob o fordismo foram resolvidas através da combinação de um conjunto de medidas como as acima mencionadas, a sua crise está associada ao esgotamento destas opções (ibid., p. 173).

De modo diametralmente oposto, a crítica negativa choca-se com esta perspectiva e tenta não perder de vista os nexos interiores que tomam corpo de modo inverso, como novas formas de acumulação, centradas, sobretudo, no urbano, com sua miríade de serviços e intervenções espaciais, a fetichizar o limite a que se chegou a produção de valor.

A expansão absoluta do capitalismo mundial entre o fim da Primeira Guerra e o final dos anos 1970, caracterizada como fordista, permitiu ao trabalho produtivo expandir-se de modo absoluto. O crescimento da substância real do valor compensava em larga medida o aumento dos custos individuais e sociais de produção. Sem embargo, o “curto verão siberiano do boom fordista” deparava-se com o seu limite (KURZ, 2002).

A expansão do modo de produção capitalista, como pressuposto da expansão fordista da massa de lucro e portanto da compensação da diminuição da taxa de lucro, implica a necessidade de ampliar permanentemente a produção e conseqüentemente os mercados. Mas isso só funcionou enquanto os investimentos para o desenvolvimento de novos produtos e para a ampliação superaram em medida suficiente os investimentos destinados ao desenvolvimento de novos procedimentos e à racionalização: de facto, só desse modo se empregou uma massa em termos absolutos crescente de força de trabalho industrial, e foram criadas crescentes rendas monetárias "baseadas na produção", apesar da racionalização. Só enquanto esta relação foi mantida pelo menos até certo ponto, foi possível manter viva a expansão fordista "em bola de neve", apesar da presença duma parcela desproporcional de sectores improdutivos, e pagar com uma massa real de valor os juros da montanha de créditos que crescia em simultâneo (ibid.).

O limite interior explícito na citação de Kurz refere-se à negação do trabalho pelo capital. A expansão absoluta do modo de produção capitalista sob o fordismo deixava crescentemente de lado o seu fundamento, isto é, volumes cada vez maiores de capitais colocavam em movimento quantidades proporcionalmente cada vez menores de trabalho. Entretanto, Harvey (2005a, p. 174) apresenta a crise do fordismo como consequência da inoperância dos mecanismos desenvolvidos para controlar a superacumulação deste período, já que sucumbiram às contradições do capitalismo.

Embora um renovado potencial de valorização, segundo Harvey, seja liberado com a acumulação flexível, esse momento não se constitui de elementos inteiramente novos, mas também de uma recombinação de formas de organização, relações de produção e sistemas produtivos para extrair mais-valia relativa e absoluta. Trata-se de uma nova configuração determinada pela lógica inerente e as

tendências de crise, em que estão presentes as velhas estratégias (controle do trabalho, ideologias, competição, forças políticas, etc.) redefinidas de um modo diferente. Não obstante, cabe enfatizar o que de fato constitui, nos termos do autor, algo de suma importância e novo nesse momento, a saber, o grau de inovação, complexificação e autonomia, em relação à produção, do sistema financeiro, sem o qual não seriam possíveis as novas formas de ajuste temporal e espacial capazes de uma estabilidade mais duradoura (HARVEY, 2005a, p. 174-184).

Estou, portanto, tentado a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos (ibid., p. 181).

Na realidade, as leis naturais-sociais deste modo de produzir agem sobre os capitais individuais determinando doses cada vez maiores de produtividade e, por isso, de centralização dos capitais, elevando cada vez mais os investimentos privados — que significa queda na massa de valor produzida por capital — e sociais, tanto para participar da produção de mercadorias a nível mundial quanto realizá-las. O nível de desenvolvimento das forças produtivas e, por conseguinte, da crescente divisão e socialização objetiva do trabalho, passaram a exigir “(...) uma ampliação das funções intermediárias: daí a expansão sem precedentes dos setores de comércio, transporte e serviços em geral.” Segundo Mandel (1982, p. 269-270),

Quanto mais generalizada a produção de mercadorias e quanto mais adiantada a divisão do trabalho, tanto mais essas funções intermediárias precisam ser sistematizadas e racionalizadas, a fim de assegurar produção e venda contínuas.

Portanto, se de um lado a pressão da concorrência leva a reduzir os custos de produção pela dispensa de trabalho vivo, através de contratos mais flexíveis de trabalho, terceirizações e desemprego, por outro, amplia-se consideravelmente o aumento dos custos de produção, através dos investimentos em tecnologia, racionalização e com os setores intermediários — comércio, serviços, crédito —, que tem início no fordismo e exacerba-se na chamada acumulação flexível. Essa parte, chamada por Kurz (2002) de “custos empresariais” ou “despesas gerais” da economia capitalista, se refere a uma enormidade de serviços, como transações comerciais, monetárias e jurídicas, os custos da infraestrutura, os problemas sócio-ecológicos, etc. Tal fato deve revelar essa forma de crescimento flexível como expressão privilegiada da desmedida do capital, que oculta a real base produtora do valor.

Nesse sentido, os setores improdutivos⁹, que sempre estiveram presentes na produção e circulação do capital como, por exemplo, no âmbito do comércio ou do crédito, desenvolvem-se simultaneamente às forças produtivas como necessidade da circulação do capital e tornam-se, segundo Mandel (1982, p. 272-273), com a queda secular da taxa de lucros, setores privilegiados de investimento.

Não obstante a forma pela qual se efetiva a superação da crise e o estabelecimento de um novo “equilíbrio” para a acumulação, ou mesmo o lado “heroico da vida e política burguesa” que busca apagar o incêndio provocado pela crise, a expansão sem precedentes do sistema financeiro deixa entrever a obsolescência da própria substância do valor. A realização da tendência interior ao próprio capital — de negar o trabalho vivo pelo qual se valoriza — impõe volumes cada vez maiores da forma monetária, multiplicada exponencialmente sem lastro em trabalho substancial, para produzir quantidades relativamente cada vez menores de valor. Portanto, o recurso às diversas formas do capital financeiro não elimina ou harmoniza a efetividade crítica do capital, pelo contrário, expõe o seu próprio limite posto por uma negatividade dominante. No limite, a multiplicação do volume de dinheiro desloca-se da sua substância real abstrata e segue como expressão autonomizada daquilo que inicialmente representava, pois circula sem relação com o consumo de trabalho abstrato nas empresas capitalistas. O movimento direto D-D’ oculta, por exemplo, a relação necessária que inicialmente (do ponto de vista histórico) havia entre o capital produtivo e o crédito bancário, pois o que antes era uma ilusão subjetiva passou a ser uma efetividade, o movimento D-D’ prescinde cada vez mais da sua base de valor¹⁰.

Compreende-se, então, que o impulso para a circulação direta D-D’ e a dependência cada vez maior, pelo lado do capital produtivo, do trabalho futuro hipotecado, tornam patente a contradição interior ao processo de valorização, em que as determinações simultâneas e conflitantes levam à desmedida entre os custos empresariais — incluindo não somente a desproporção nos gastos com capital fixo e circulante, mas também com o trabalho improdutivo — e o trabalho vivo produtor de mais-valia. Os capitais individuais deparam-se com a impossibilidade de reporem os seus pressupostos sem recorrer ao sistema financeiro, como elucida o exemplo de Kurz, segundo o qual o balanço de algumas empresas, ainda que muitas

9 Para Marx, o trabalho improdutivo desses setores é pago de uma dedução do produto final, não há apropriação do excedente pelo capitalista ou aumento da massa social de valor, ao contrário, a esses custos é transferido parte do produto social, são *faux frais* (falsos custos), na expressão do autor. Cf. o livro 2, tomo III da edição citada neste artigo de O Capital.

10 Cf. o livro 3, tomo IV da edição aqui usada de O Capital, para uma discussão na qual Marx demonstra a autonomização das representações de valor (dinheiro, títulos, etc.), como no caso do capital fictício, da própria exploração do trabalho.

vezes arranjados ou maquiados, revelam a quota de capital próprio “(...) da Daimler-Benz ainda era quase de 55%, da AEG de 17%, da Viag de 20%, da Baidersdorf-AG de 35%, da Krupp-Hoesch de 15% e da Klockner-Deutz de apenas 8%.” (KURZ, 2002)

Permeia esta reflexão o problema da própria continuidade da produção de mercadorias e da efetividade das categorias que lhe correspondem. A “Revolução Terciária” significa uma quantidade cada vez maior do dispêndio de trabalho que representa “custos empresariais” ou “despesas gerais”, nos termos de Kurz, que não retornam à valorização, por isso sugam parte crescente do valor social. O relevo do capital creditício no processo produtivo pode demonstrar também as despesas desproporcionais com o trabalho improdutivo. Desse modo, a redução da base sobre a qual opera o capital e permite o processo de valorização, atrelada ao aumento dos setores improdutivos, tem como consequência direta a diminuição potenciada do trabalho produtivo.

Observa-se que não somente os altos custos com a composição orgânica são financiados com créditos, mas também os setores improdutivos, as indústrias-fantasmas sob alta produtividade social e o Estado com os crescentes gastos em infraestrutura, subvenções, danos ecológicos, assistência social, dentre outras inúmeras despesas. Em consequência de tal realidade, a produção de mercadorias está vinculada visceralmente ao crédito, pois o consumo é financiado com promessas constantes de trabalho futuro, inclusive no plano individual. Essa dependência estrutural deve deixar clara a desvinculação que avança entre dinheiro e o trabalho produtivo.

À guisa de conclusão

Os breves apontamentos desenvolvidos neste texto apresentaram a concepção de Harvey sobre o *modus operandi* e as formas de superação das crises do capital. Igualmente, pelas obras desse autor, buscou-se questionar os constantes ajustes e regulações que são capazes de restabelecer, segundo ele, constantemente a acumulação. Para tanto, demonstrou-se que “(...) as capacidades de produção material cresceram para além da forma social da valorização do capital (...)”, ou, ainda, que com seu desenvolvimento, as forças produtivas se tornaram “(...) prisioneiras da lógica de valorização tornada insubstancial (...)” (KURZ, 2010a), de onde proveio a análise da queda nas taxas de lucro, do trabalho improdutivo e do setor financeiro.

O desenvolvimento do capitalismo a nível mundial e a mobilização de todas as suas potências produtivas coincidem com a obsolescência do próprio trabalho produtivo, contradição com efeitos sobre todas as outras categorias da reprodução

social. A realização do capital, autonomizado em face dos produtores reais, na sua lógica de fim em si mesmo, implica, segundo Marx, na tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor, a mais-valia e as relações sociais através das quais se movimenta. O método de produção do capital entra constantemente em contradição com o objetivo de manter o valor existente e valorizar esse valor ao máximo possível e, na busca de superar incessantemente as suas barreiras iminentes, ele o faz repondo-as “em escala mais poderosa” (MARX, 1988, p. 179-180). Levando ao limite as barreiras do capital, sobretudo a desmedida com relação à autovalorização, é possível observar um sistema produtor de mercadorias em sua determinação progressivamente insubstancial, para utilizar uma expressão de Kurz (2010a).

O movimento de reprodução, que exige produção e consumo produtivo crescente da mais-valia ou do mais-produto social, tem a sua força propulsora deslocada da real valorização para os processos de simulação através dos capitais fictícios. O capitalismo põe um fim ao seu crescimento quando torna supérfluo o trabalho abstrato, adverte Kurz (2009), mas o funcionamento das categorias de lucro, juro, renda e trabalho é constantemente ativado pelo capital financeiro. Somente assim o capitalismo “consegue manter uma vida fictícia” (ibid.).

Referências

- ALFREDO, Anselmo. *Crise Imanente, Abstração Espacial. Fetiche do Capital e Sociabilidade Crítica*, mimeo, 2010.
- BOYER, Robert. *Teoria da Regulação: Os Fundamentos*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- COGOY, Mario; SWEEZY, P. M. *Teoria da Acumulação Capitalista*. Porto: Escorpião, 1977.
- FILHO, Niemayer A., PAULANI, L. M. Regulação social e acumulação por espoliação — reflexão sobre a essencialidade das teses da financeirização e da natureza do Estado na caracterização do capitalismo contemporâneo. *Economia e Sociedade* (Campinas), v. 20, n. 2 (42), p. 243-272, 2011.
- GRESPLAN, Jorge L. S. *O Negativo do Capital*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. A dialética do avesso. *Crítica Marxista*, n. 14, p. 26-37, 2002.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. Trad. Adail U. Sobral; Maria S. Gonçalves. 14. ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2005a.
- _____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005b.
- _____. *A Liberdade da Cidade*. Trad. Anselmo Alfredo, Tatiana Schor, Cássio Arruda Boechat). *GEOSP*, São Paulo, nº 26, p. 09-17, 2009.
- _____. *O enigma do capital: e as crises do capitalismo*. Trad. João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *O Novo Imperialismo*. Trad. Adail U. Sobral; Maria S. Gonçalves. 6 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2012.
- _____. *Os Limites do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- KURZ, Robert. *A ascensão do dinheiro aos céus*. Disponível em: <http://planeta.clix.pt/obeco/>. (Versão Portuguesa), 2002.
- _____. *Capitalismo sem mais-valia? Um debate insuficiente sobre os limites do crescimento*. Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm> >, 2009.
- _____. *Quem vive acima das suas possibilidades?* Disponível em: <http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm> >, 2010a.
- _____. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- MANDEL, Ernest. A expansão do Setor de Serviços, a “Sociedade de Consumo” e a Realização da Mais-Valia. In: *Capitalismo Tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

- MANTEGA, Guido. *A lei da Taxa de Lucro: A Tendência da Queda ou a Queda da Tendência?* Estudos Cebrap 16, p. 28-64, 1976.
- MÜLLER, Marcos Lutz. *Exposição e Método Dialético em "O Capital"*. Disponível em: <<http://orientacaomarxista.blogspot.com.br/2010/10/exposicao-e-metodo-dialetico-em-o.html>>, 2010. Acessado em: 15/04/2015.
- MARX, Karl. *Para a crítica da economia política*. Trad. Edgard Malagodi et alli. In. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- _____. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro 1, 2 e 3. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1988.
- PRADO, Eleutério F. S. *Lei de Marx: Pura Lógica? Lei Empírica?* In. *Marx e o marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois*. Niterói — RJ, 2013. Disponível em: <<http://www.tuff.br/niepmarxmarxismo/MM2013/Trabalhos/Amc444.pdf>>, p. 1-18. Acessado em: 30/02/2014.
- _____. *O marxismo pé-no-chão de David Harvey*. In. CEMARX — VII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS, 2012. *Anais*. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6248_Prado_Eleuterio.pdf>. Acessado em: 10/02/2014.
- ROSDOLSKY, Roman. *A estrutura da obra de Marx*. In: *Gênese e Estrutura de O capital de Karl Marx*. Trad. César Benjamim. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 2001.

Sobre o autor

Luccas do Couto: graduado e mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo, atualmente realiza doutorado na mesma instituição, desenvolvendo pesquisas na área de Geografia Urbana e Econômica.

* * *

ABSTRACT

Notes of an interpretation of the crisis and the accumulation in David Harvey

What do crises reveal in today's modernization? An insurmountable barrier to capital accumulation? Or would they function rationalizing the irrationalities of this mode of production *ad eternum*? These questions guide our reading of the books "Postmodern Condition" (2005a), "The Capitalist Production of Space" (2005b) and the article entitled "The Freedom of the City" (2009); they serve as ways to interpret the concept of crisis in David Harvey. Not starting from postulates, we intend to oppose, in general terms, a reading on the accumulation and the crisis in the book "The Capital" of Karl Marx, based on the critique of labor value of Robert Kurz, to that undertaken by Harvey on the same work.

KEYWORDS: labor crisis, David Harvey, production of space, crisis, capital accumulation.

RESUMEN

Notas de una interpretación de la crisis y la acumulación en David Harvey

¿Qué revelan las crisis en la modernización de hoy? ¿Una barrera insuperable para la acumulación de capital? O funcionarían racionalizando las irracionalidades de este modo de producción *ad eternum*? Estas preguntas guían nuestra lectura de los libros "La condición postmoderna" (2005a), "La producción capitalista del espacio" (2005b) y el artículo titulado "La libertad de la ciudad" (2009); sirven como formas de interpretar el concepto de crisis de David Harvey. Sin partir de postulados, tenemos la intención de oponer, en líneas generales, una lectura sobre la acumulación y la crisis en el libro "El capital", de Karl Marx, basada en la crítica del valor trabajo de Robert Kurz, a la emprendida por Harvey de esa misma obra.

PALABRAS CLAVE: crisis del trabajo, David Harvey, producción del espacio, crisis, acumulación de capital.

 **BCG:** <http://agbcampinas.com.br/bcg>